

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1	7.610.260,25	8.450.950,01	PASSIVO CIRCULANTE	12	5.945.081,03	21.951.385,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2	4.521.931,87	5.211.741,84	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	13	3.546.015,69	15.855.788,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.521.931,87	5.211.741,84	PESSOAL A PAGAR		3.389.562,49	4.040.707,35
CONTA ÚNICA	F	4.521.931,87	5.211.741,84	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	F	2.843.451,50	2.062.901,81
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3	172.936,08	775.238,18	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	F	205.773,42	205.773,42
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		186.924,97	710.763,43	PESSOAL A PAGAR	F	0,00	651.144,86
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	186.924,97	710.763,43	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	P	340.337,57	1.120.887,26
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		150.612,35	150.612,35	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		1.978,62	1.978,62
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	150.612,35	150.612,35	PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ESPECIAL	F	1.978,62	1.978,62
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-164.601,24	-86.137,60	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		25.919,49	25.919,49
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	-15.061,26	-15.061,26	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	P	25.919,49	25.919,49
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	-149.539,98	-71.076,34	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		128.555,09	11.787.182,87
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4	2.915.392,30	2.463.969,99	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	P	0,00	35.591,89
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		2.915.392,30	2.134.842,61	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P	3.454,94	0,00
DEPÓSITOS ESPECIAIS	F	171.317,05	171.317,05	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P	3.310,70	3.310,70
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	F	2.744.075,25	1.963.525,56	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	P	0,00	2.579,35
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	329.127,38	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	121.789,45	11.145.148,53
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	263.593,32	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	590.729,19
FAMÍLIA PAGO				FGTS	F	0,00	9.823,21
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	65.534,06	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	578,46
MATERNIDADE PAGO				JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	578,46
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	5	0,00	0,00	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	P	0,00	578,46
ESTOQUES	6	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	14	767.486,66	1.402.964,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		767.486,66	1.402.964,51
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	P	218.557,80	218.557,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	32.212,76	32.212,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7	18.386.814,45	15.455.906,36	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	246,63	15.733,74
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8	922.808,92	1.545.874,60	FORNECEDORES NACIONAIS	F	516.469,47	1.136.460,21
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		539.791,62	1.162.857,30	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		1.864,75	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-1.368.451,66	-129.206,37	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		1.864,75	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	1.682.324,76	1.066.145,15	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	1.864,75	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	225.918,52	225.918,52	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		383.017,30	383.017,30				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO	P	383.017,30	383.017,30				

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454



Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAVALLCANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Assesores: https://efcfecepc.br/ep/validaDoc/seuCodigo do documento: fed5e48-5608-4146-b0bb-5a203617daf

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PRAZO				PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS	9	1.470.343,75	1.284.125,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15	1.629.713,93	4.692.054,45
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		1.470.343,75	1.284.125,47	VALORES RESTITUIVEIS		192.892,69	3.441.451,49
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	P	1.470.343,75	1.284.125,47	DEPÓSITOS JUDICIAIS	F	0,00	11.220,00
IMOBILIZADO	10	15.993.661,78	12.625.906,29	CONSIGNAÇÕES	F	192.892,69	3.430.231,49
BENS MÓVEIS		6.394.635,94	6.162.674,90	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.436.821,24	1.250.602,96
VEÍCULOS	P	1.998.095,31	1.874.395,31	CONSÓRCIOS A PAGAR	P	1.212.965,10	1.026.746,82
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	271.881,12	227.167,16	CONSÓRCIOS A PAGAR	X	223.856,14	223.856,14
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	3.394.726,36	3.394.618,36	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	16	25.617.872,55	23.406.948,36
BENS DE INFORMÁTICA	P	178.440,16	160.786,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	17	0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	480.131,05	445.971,05	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	18	0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	71.361,94	59.736,44	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		11.089.425,83	7.498.598,13	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	19	25.617.872,55	23.406.948,36
INSTALAÇÕES	P	26.000,00	26.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		25.617.872,55	23.406.948,36
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	10.471.815,59	6.992.556,23	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	25.617.872,55	23.406.948,36
BENS DE USO COMUM DO POVO	P	380.327,00	380.327,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	211.283,24	99.714,90	PROVISÕES A LONGO PRAZO	20	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-1.490.399,99	-1.035.366,74	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-308.703,04	-285.506,94	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-1.181.696,95	-749.859,80	TOTAL PASSIVO		31.562.953,58	45.358.334,11
INTANGÍVEL	11	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DIFERIDO		0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		25.997.074,70	23.906.856,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	-5.565.878,88	-21.451.477,74
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		-5.565.878,88	-21.451.477,74
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS			

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454

Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAVACANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://epec.tepec.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: fed45e48-5608-4146-b0bb-5a203617daef



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)



Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 3
Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAVACANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.te.pe.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: fed45e48-5608-4146-b0bb-5a203617dacf

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
						-5.565.878,88	-21.451.477,74
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-21.451.477,74	-38.272.170,43
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		15.885.598,86	16.820.692,69
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-5.565.878,88	-21.451.477,74
				TOTAL		25.997.074,70	23.906.856,37

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 4

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	22	7.437.324,17	7.675.711,83	PASSIVO FINANCEIRO (3.884.466,53)+RP não Proc.(129.300,00)	24	4.013.766,53	22.301.252,71
ATIVO PERMANENTE	23	18.559.750,53	16.231.144,54	PASSIVO PERMANENTE	25	27.454.630,91	25.873.332,89
				SALDO PATRIMONIAL	26	-5.471.322,74	-24.267.729,23

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454



Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAV/ALCANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.tepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: fed5e48-5608-4146-b0bb-5a203617dacf

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 5

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		734.847,22	150.000,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO	27	16.963.331,65	17.636.846,25
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		578.020,87	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	11.935,00
DIREITOS CONTRATUAIS		156.826,35	150.000,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		16.963.331,65	17.624.911,25
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		734.847,22	150.000,00	TOTAL		16.963.331,65	17.636.846,25

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454



Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAVALLACANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etec.tepe.tc.br/epd/validaDoc.aspx?semCodigo=documento: fed5e48-5608-4146-b0bb-5a203617dacf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO



Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAVALLCANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: https://portaltransparencia.org.br/epi/validaDoc.seam?codigo_documento=fed5e48-5608-4146-b0b5-5a2036177adcf

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		7.437.324,17	7.675.711,83	PASSIVO CIRCULANTE		3.884.466,53	19.261.145,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.521.931,87	5.211.741,84	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		3.172.992,99	14.667.499,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.521.931,87	5.211.741,84	PESSOAL A PAGAR		3.049.224,92	2.919.820,09
CONTA ÚNICA		4.521.931,87	5.211.741,84	PESSOAL A PAGAR		0,00	651.144,86
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		2.915.392,30	2.463.969,99	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL		2.843.451,50	2.062.901,81
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		2.915.392,30	2.134.842,61	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO		205.773,42	205.773,42
DEPÓSITOS ESPECIAIS		171.317,05	171.317,05	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		1.978,62	1.978,62
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS		2.744.075,25	1.963.525,56	PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ESPECIAL		1.978,62	1.978,62
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	329.127,38	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		121.789,45	11.745.700,93
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	263.593,32	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	590.729,19
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE		0,00	65.534,06	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		121.789,45	11.145.148,53
TOTAL		7.437.324,17	7.675.711,83	FGTS		0,00	9.823,21
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		516.716,10	1.152.193,95
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		516.716,10	1.152.193,95
				FORNECEDORES NACIONAIS		516.469,47	1.136.460,21
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		246,63	15.733,74
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		1.864,75	0,00
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		1.864,75	0,00
				OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER		1.864,75	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		192.892,69	3.441.451,49
				VALORES RESTITUIVEIS		192.892,69	3.441.451,49
				CONSIGNAÇÕES		192.892,69	3.430.231,49
				DEPÓSITOS JUDICIAIS		0,00	11.220,00
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		129.300,00	3.040.107,63
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		129.300,00	3.040.107,63
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		0,00	980.183,49
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		0,00	980.183,49
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		129.300,00	2.059.924,14
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		129.300,00	2.059.924,14
				TOTAL		4.013.766,53	22.301.252,71

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2024



DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ATIVO			PASSIVO						
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior		
ATIVO CIRCULANTE			172.936,08	775.238,18	PASSIVO CIRCULANTE			1.836.758,36	2.466.384,53
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			172.936,08	775.238,18	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS			373.022,70	1.188.288,69
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			186.924,97	710.763,43	PESSOAL A PAGAR			340.337,57	1.120.887,26
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS			186.924,97	710.763,43	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL			340.337,57	1.120.887,26
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			150.612,35	150.612,35	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			25.919,49	25.919,49
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			150.612,35	150.612,35	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - DECISÕES JUDICIAIS - EXCET			25.919,49	25.919,49
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			-164.601,24	-86.137,60	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			6.765,64	41.481,94
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			-149.539,98	-71.076,34	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR			0,00	35.591,89
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUT.			-15.061,26	-15.061,26	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR			0,00	2.579,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE			18.386.814,45	15.455.906,36	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS			3.310,70	3.310,70
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			922.808,92	1.545.874,60	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS			3.454,94	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO			539.791,62	1.162.857,30	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO			0,00	578,46
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			1.682.324,76	1.066.145,15	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMEI			0,00	578,46
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			225.918,52	225.918,52	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS			0,00	578,46
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			-1.368.451,66	-129.206,37	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			250.770,56	250.770,56
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			383.017,30	383.017,30	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ			250.770,56	250.770,56
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO			383.017,30	383.017,30	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIM			218.557,80	218.557,80
INVESTIMENTOS			1.470.343,75	1.284.125,47	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGII			32.212,76	32.212,76
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES			1.470.343,75	1.284.125,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			1.212.965,10	1.026.746,82
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATR			1.470.343,75	1.284.125,47	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			1.212.965,10	1.026.746,82
IMOBILIZADO			15.993.661,78	12.625.906,29	CONSÓRCIOS A PAGAR			1.212.965,10	1.026.746,82
BENS MÓVEIS			6.394.635,94	6.162.674,90	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			25.617.872,55	23.406.948,36
BENS DE INFORMÁTICA			178.440,16	160.786,58	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO			25.617.872,55	23.406.948,36
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			480.131,05	445.971,05	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO			25.617.872,55	23.406.948,36
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO			71.361,94	59.736,44	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS			25.617.872,55	23.406.948,36
VEÍCULOS			1.998.095,31	1.874.395,31	TOTAL			27.454.630,91	25.873.332,89
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS			271.881,12	227.167,16					
DEMAIS BENS MÓVEIS			3.394.726,36	3.394.618,36					
BENS IMÓVEIS			11.089.425,83	7.498.598,13					
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			211.283,24	99.714,90					
INSTALAÇÕES			26.000,00	26.000,00					
BENS DE USO COMUM DO POVO			380.327,00	380.327,00					
DEMAIS BENS IMÓVEIS			10.471.815,59	6.992.556,23					
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS			-1.490.399,99	-1.035.366,74					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			-1.181.696,95	-749.859,80					
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			-308.703,04	-285.506,94					

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454

Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAVALLANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://portaltransparencia.org.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: fed5e48-5608-4146-b0bb-5a203617daef



Documento Assinado Digitalmente por: JEYSON CAV/ALCANTI DE ALMEIDA FALCAO, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://portal.cte.pe.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: fed45e48-5608-4146-b0bb-5a203617dacf

Pág.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2024

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		18.559.750,53	16.231.144,54				

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2024

DEZEMBRO(31/12/2024)

Pág.: 1

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-8.350.699,14	-14.975.601,24
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	1.784.415,39	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-1.068.841,17	-3.267.032,82
25010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	-829.118,67	-829.118,67
01	VINCULADO	11.774.256,78	350.060,36
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-61.351,29	-61.351,29
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-15.846,04	0,00
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-472.434,74	-995.635,34
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-185.914,44	-270.961,50
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	5.370.850,56	4.237.050,96
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-26.010,05	-26.010,05
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	-34.691,50	-34.691,50
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)	-26.716,72	-26.716,72
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	51.866,92	64.205,40
15700000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-140.175,34	-867.719,17
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	13.020.209,49	2.952.039,49
17060000	Transferência Especial da União (Recursos do Exercício Corrente)	5.496,90	0,00
17150000	Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 5º – Audiovisual (Recursos do Exercício Corrente)	-111.504,85	-111.756,73
17160000	Transferências Destinadas ao Setor cultural – LC nº 195/2022 – Art. 8º – Demais Setores da Cultura (Recursos do Exercício Corrente)	-45.169,09	-45.271,13
18620000	Depósitos de terceiros (Recursos do Exercício Corrente)	-1.836.684,95	-1.836.684,95
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-309.481,57	99.918,48
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-56.914.195,91	-33.120.066,18
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	53.494.850,86	30.393.710,59
97500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos Condicionados)	3.131,32	0,00
98610000	Recursos extraorçamentários vinculados a depósitos judiciais (Recursos Condicionados)	8.027,22	0,00
TOTAL		3.423.557,64	-14.625.540,88

DAYSE JULIANA DOS SANTOS
PREFEITA
074.067.734-98

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CRC PE - 17454

Prefeitura de Primavera
Estado de Pernambuco

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada

Resolução Nº 270/2024

2024

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 270/2024

O Balanço Patrimonial do Município (BPM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Município (BPM), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

A Prefeitura Municipal de Primavera concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO		
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	-8.350.699,14	-14.975.601,24
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	1.784.815,39	0,00
25010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	-1.068.841,17	-3.267.032,82
		-829.118,67	-829.118,67
01	VINCULADO	11.774.256,78	350.060,36
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-61.351,29	-61.351,29
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-15.846,04	0,00
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-472.434,74	-995.635,34
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-185.914,44	-270.961,50
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Recursos do Exercício Corrente)	5.370.850,56	4.237.050,96
15500000	Transferências do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-26.010,05	-26.010,05
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	-34.691,50	-34.691,50
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)	-26.716,72	-26.716,72
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	51.866,92	64.205,40
15700000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-140.175,34	-867.719,17
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	13.020.209,49	2.952.039,49
17060000	Transferência Especial da União (Recursos do Exercício Corrente)	5.496,90	0,00
17150000	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual (Recursos do Exercício Corrente)	-111.504,85	-111.756,73
17160000	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura (Recursos do Exercício Corrente)	-45.169,09	-45.271,13
18620000	Depósitos de terceiros (Recursos do Exercício Corrente)	-1.836.684,95	-1.836.684,95
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-309.481,57	99.918,48
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-56.914.195,91	-33.120.066,18
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	53.494.850,86	30.393.710,59
97500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos Condicionados)	3.131,32	0,00
98610000	Recursos extraorçamentários vinculados a depósitos judiciais (Recursos Condicionados)	8.027,22	0,00
TOTAL		3.423.887,64	-14.625.540,88

Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do

período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2024, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de

Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Município é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

As entidades públicas abrangidas pela Demonstração são Prefeitura Municipal.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 7.610.260,25, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 4.521.931,87.

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2024
Conta Única	4.521.931,87
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	4.521.931,87

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2024, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2024 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Clientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	186.924,97
Dívida Ativa Não Tributária (*)	150.612,35
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	- 149.539,98
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	- 15.061,26
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Clientes	
Total	172.936,08

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 10% para dívida ativa não tributária e

na proporção de 80% para dívida ativa tributária, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA CURTO PRAZO

Perdas dívida ativa tributária	186.924,97 x 80%=	149.539,98
Perdas dívida ativa não tributária	150.612,35 x 10%=	15.061,26

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 80% e 10%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2024 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a

individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.915.392,30	F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago	0,00	F
Total Atributo Financeiro	2.915.392,30	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2024 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2024.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2024 de R\$ 2.744.075,25, representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 0,00. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 18.386.814,45.

Nota 8) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

O valor de R\$ 922.808,92, sendo:

Descrição da Conta	Valor
Clientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	1.682.324,76
Dívida Ativa Não Tributária (*)	225.918,52
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	- 1.345.859,81
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	- 22.591,85
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Clientes	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	383.017,30
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	
Total	922.808,92

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Perdas dívida ativa tributária	1.682.324,76 x 80% =	1.345.859,81
Perdas dívida ativa não tributária	225.918,52 x 10% =	22.591,85

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 80% e 10%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2024 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 9) INVESTIMENTOS:

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade, tem-se o valor de participações avaliadas pelo método de equivalência

patrimonial no total de R\$ 1.470.343,75.

Nota 10) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 15.993.661,78. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	6.394.635,94
(-) Depreciação de Bens Móveis	308.703,04
Total Ajustado dos Bens Móveis	6.085.932,90
Bens Imóveis	11.089.425,83
(-) Amortização de Bens Imóveis	1.181.696,95
Total Ajustado dos Bens Imóveis	9.907.728,88
Total Liquido	15.993.661,78

Nota 11) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 12) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 5.945.081,03.

Nota 13) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 3.546.015,69.

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	3.389.562,49	F-P
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.978,62	F
Benefícios Assistenciais a Pagar	25.919,49	P
Encargos Sociais a Pagar	128.555,09	F-P
Total	3.546.015,69	

Nota 14) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 767.486,66, relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	516.716,10	F
Total Atributo Financeiro	516.716,10	
Fornecedores Nacionais	250.770,56	P
Total Atributo Permanente	250.770,56	

Nota 15) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 1.629.713,93. O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	192.892,69	F
Depósitos Judiciais	-	F
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Obrigações a Curto Prazo	1.436.821,24	P
Total com Atributo Financeiro	1.629.713,93	

Nota 16) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 25.617.872,55, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 17) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00.

Nota 19) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 25.617.872,55 relativo aos parcelamentos junto à Receita Federal – Ministério da Previdência Social.

Nota 20) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$0,00, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O município não possui RPPS.

Nota 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Município compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfaz ao final do exercício o valor de

R\$ -5.565.878,88. O Resultado do exercício foi R\$ 15.885.598,86 superavitário. O Município de Primavera-PE não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	- 21.451.477,74	P
Resultado do Exercício	15.885.598,86	P
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	- 5.565.878,88	

Nota 22) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 7.437.324,17.

Nota 23) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 18.559.750,53.

Nota 24) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 3.884.466,53, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 129.300,00 perfazem o total de R\$ 4.013.766,53.

Nota 25) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 27.454.630,91.

Nota 26) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 5.471.322,74, deficitário.

Nota 27) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 16.963.331,65.

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 28) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 3.423.557,64, superavitário que assim poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos,

cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais

obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 e concedido desconto no valor de R\$ 0,00 conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos

reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial, pois o município não possui RPPS.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

**PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP)
CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
-------------------	--	----------	---	------------

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
-------------	--	--	--	--





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
-------------	--	--	--	--





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

